

8

IDENTIDADE QUILOMBOLA: UM OLHAR DOS ALUNOS, PAIS E PROFESSORES SOBRE AS ESCOLAS QUILOMBOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM PRESIDENTE KENNEDY

► *Leonardo dos Santos*
► *Sebastião Pimentel Franco*

RESUMO

Esta pesquisa parte do interesse em compreender como vem sendo desenvolvida a educação nas escolas quilombolas do ensino fundamental nas comunidades Boa Esperança e Cacimbinha em Presidente Kennedy-ES. A pesquisa aborda a afirmação da identidade quilombola dessas comunidades, numa visão dos alunos, professores e pais (fazendo um parâmetro de observação com a relação familiar e seus professores) à luz de conceitos (de Identidade e Quilombo) para fundamentar o estudo ora proposto. A pesquisa é de natureza qualitativa, usando como instrumento de investigação entrevistas semiestruturadas e buscando evidências que revelem a percepção destes estudantes no que se refere à construção de sua individualidade quilombola. Essa compreensão parte da discussão sobre o significado de o estudo para esclarecer) questões referentes à construção identitária desses grupos sociais. Também permite concluir, no período analisado, a forma como a comunidade vem repensando a escola e problematizando a condução das políticas municipal, tornando-se protagonista nas decisões que envolvem os seus interesses. Com base nessas informações, é possível constatar que o interesse pela educação escolar quilombola ainda é muito incipiente: faltam incentivo, apoio e comprometimento dos responsáveis pela gestão municipal. Portanto, a afirmação dos direitos das comunidades quilombolas no campo educacional é perpassado por interesses diversos, entre os quais a negação desses direitos e a crença de que seja desnecessário ensinar História da África aos alunos quilombolas, o que contribuiria na afirmação da sua identificação. Esse processo deve perpassar diferentes conhecimentos e saberes, estratégias pedagógicas e recursos didáticos, assim como o combate a toda forma de discriminação e preconceito no ambiente escolar. Ademais, deve atravessar os muros escolares e ir ao encontro da comunidade que ali vive, na troca de conhecimentos, onde os pais têm muito a contribuir nessa construção.

Palavras-chave: Educação quilombola; Ensino fundamental; Presidente Kennedy-ES.

8

QUILOMBOLA IDENTITY: A VIEW FROM STUDENTS, PARENTS AND TEACHERS ABOUT QUILOMBOLAS SCHOOLS OF FUNDAMENTAL EDUCATION IN PRESIDENT KENNEDY

ABSTRACT

This research is based on the interest in understanding how education has been developed in quilombola elementary schools in the communities of Boa Esperança and Cacimbinha in Presidente Kennedy-ES. The research addresses the affirmation of the quilombola identity of these communities, front the point of view of students, teachers and parents (making an observation parameter with the family relationship and their teachers) in the light of concepts (of Identity and Quilombo) to support the proposed study. The research has a qualitative perspective using semi-structured interviews as a research tool and it searches for evidences that reveal the perception of these students regarding the construction of quilombola's individuality. This understanding starts from the discussion about the meaning of the study to clarify questions regarding the identity construction of these social groups. It also allows concluding, in the analyzed period, the way the community has been rethinking the school and problematizing the conduction of the hall policies, becoming a protagonist in the decisions that involve its interests. Based on this information, it can be seen that the concern in quilombolas' school education is still very incipient: there is a lack of encouragement, support and commitment from those who manages this area in the hall. Therefore, the declaration of the quilombolas communities' rights, in the educational field, is permeated by diverse interests and among them the negation of these rights including the belief that it is unnecessary to teach África History to the quilombola's students what would contribute to their identification. This process may go through different knowledge and knowing, pedagogical strategies and didactical resources. It also may go against all forms of discrimination or prejudice in the school environment. Furthermore, it may cross over the school walls and meet the community that lives there through a knowledge exchanging where parents might have much to contribute to this construction.

Key-words: Quilombola education; Elementary School; Presidente Kennedy-ES.

1 INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas no período colonial e imperial brasileiros foram vistas com muita desconfiança pela elite dominante, pelo medo que causavam em relação ao enfrentamento do sistema escravista. Dessa forma, quilombo era um termo relacionado a banditismo, crime. As comunidades remanescentes de quilombo permaneceram, durante muito tempo, cercadas de “invisibilidade”, legado concedido pela historiografia oficial. No passado, tal invisibilidade social era uma maneira de proteção contra as ameaças externas. Hoje, as comunidades negras desejam sair do antigo isolamento, lutando pelo reconhecimento de seus direitos territoriais e de seus valores culturais.

Neste sentido Rios (2007, p. 110) adverte:

O que se busca assegurar é o respeito a essas comunidades, a possibilidade de que possam continuar se reproduzindo segundo suas próprias tradições culturais e assegurando, também, a sua efetiva participação em uma sociedade pluralista.

Na maioria das vezes, o que causa estranheza nessas discussões ligadas à identidade é a ausência de uma teoria da identificação e da diferença. Parece difícil que, numa perspectiva que se limita a anunciar a existência da diversidade, esta possa servir de base para uma pedagogia cujo centro seja a crítica política da identidade e da diferença. No olhar sobre a diversidade, a diferença e a identidade têm a tendência de naturalizar-se de forma cristalizada e efetiva.

Aparentemente esquecida depois da abolição da escravatura, seguida pela proclamação da República, a questão quilombola volta à tona desde a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, quando o termo passou a constituir uma categoria de acesso a direitos, e não simplesmente um passado rememorado. Assim, iniciou-se um processo de (re)construção da identidade quilombola.

O primeiro passo para a implementação da legislação foi definir o que significa remanescentes das comunidades de quilombos, expressão até agora inédita, que surge no art. 68 da Carta Magna Brasileira: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado lhes emitir os títulos respectivos”.

O termo é em si extremamente restrito: primeiro, a expressão remanescente faz menção a algo residual, em processo de desaparecimento; segundo, quilombo alude à ideia de algo coeso, unitário e fechado, além de um suposto isolamento geográfico e autossuficiência, pois a versão de quilombo que prevalecia no imaginário dos brasileiros, de modo geral, era Palmares (LEITE, 2000).

Em outras palavras, identidade é um termo que não se refere a uma essência acabada e imutável que nasce com a pessoa, mas a um processo dinâmico de negociação no qual os indivíduos se constroem em estreita interação simbólica com outras pessoas. Por meio da capacidade de internalizar as normas e expectativas do grupo em que está envolvido, o indivíduo cria um diálogo reflexivo consigo mesmo, o que significa internalizar a linguagem comunicativa com os outros. Portanto, identidade é a capacidade de se tornar objeto de análise, construindo uma narrativa pessoal, uma autoimagem, com base em comparações que identificam semelhanças e diferenças com os outros (LARRAIN, 2003; GIMÉNEZ, 2007).

Dessa maneira, as identidades são coletivas porque os indivíduos que constroem suas identidades por meio do contato com outras pessoas se definem mediante certas categorias mais gerais e compartilhadas,

cujo significado é culturalmente definido como classe, etnia, gênero, ocupação, religião (LARRAIN, 2003).

Esses elementos coletivos de pertencimento não representam identidades discretas, homogêneas e delimitadas (GIMÉNEZ, 2007), mas têm a capacidade de diferenciar-se do ambiente circundante, de estabelecer limites que são continuamente gerados e mantidos ao longo do tempo, por meio dos quais passa um sistema de relacionamentos e representações simbólicas, certo nível de participação emocional que permite ao indivíduo sentir-se parte de uma unidade comum. Por esse motivo, a identidade étnica nunca é totalmente negociável, ao contrário do que defende o movimento instrumentista, que resume tudo em uma simples equação de custo-benefício (GIMÉNEZ, 2007; POUTIGNAT, 1998).

Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e autossuficiente. A identidade simplesmente existe. É fácil compreender, a forma afirmativa como expressa-se a identidade que tende a esconder essa relação. A identidade é a referência, é o ponto original, isso reflete a tendência a tomar aquilo que somos como norma pela qual descreve-se ou avalia-se aquilo que não somos.

Cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto no que tange à constituição da sociedade. A identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil, ou seja, um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados. [...] A identidade destinada à resistência, leva à formação de comunas, ou comunidades [...] dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável. [...] A identidade de projeto, produz sujeitos, [...] sujeitos não são indivíduos, mesmo que considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência (CASTELLS, 2008, p. 25-26).

Assim sendo, a identidade é vista como reciprocamente determinada. Numa visão um pouco mais radicalizada, entretanto, seria possível dizer que, contrariamente à primeira vista, um olhar sobre a diferença viria em primeiro lugar. A identidade é uma criação social e cultural.

Esta pesquisa justifica-se pela presença atual do empoderamento negro, ao assumir seus cabelos, roupas, discurso mais consciente das novas gerações no que concerne a seu papel na sociedade. Há uma luta diária para manter a essência negra e todas as suas frentes, como a dança e a culinária nas referências negras de luta, nos materiais, grãos², ou seja, nos acervos materiais e imateriais em uma comunidade.

Dizer, por sua vez, que identidade é o resultado de atos de criação linguística significa dizer que ela é criada por meio de ato de linguagem. Isso parece uma obviedade, mas, visto que se tende a tomá-las como dadas, como “fatos da vida”, com frequência se esquece que a identidade tem de ser nomeada.

A definição da identidade brasileira, por exemplo, é o resultado da criação de variados e complexos atos linguísticos que a definem como diferente de outras identidades nacionais. Nesse sentido ao pensar em discutir essa temática, nos fizemos o seguinte questionamento: Os alunos das escolas municipais das comunidades quilombolas Cacimbinha e Boa Esperança em Presidente Kennedy-ES reconhecem-se como quilombolas?

Desse modo, delineamos como objetivo geral desta texto descrever a identidade quilombola dos moradores das comunidades de Boa Esperança e Cacimbinha no município de Presidente Kennedy-ES, sob a percepção dos alunos, pais e professores da rede municipal.

Como objetivos específicos propomos relatar a constituição dos quilombos no Brasil e no Espírito Santo; apresentar as comunidades quilombolas Boa Esperança e Cacimbinha em Presidente Kennedy-ES; descrever acerca da identidade quilombola, memória e ancestralidade; sugerir cursos de formação continuada com base nas Leis 10.639/03 e 11.645/08, extensivo a alunos e comunidade quilombola.

2 METODOLOGIA

A opção metodológica que nos apropriamos para este trabalho foi o estudo de caso que é uma estratégia de investigação qualitativa no âmbito das ciências humanas e sociais e tem por finalidade não somente realizar diagnósticos extremamente detalhados sobre um determinado problema social, mas também compreender como determinadas realidades se manifestam, bem como identificar os condicionantes que as geram.

Utilizamos como técnica a aplicação de questionário que foram respondidos por 30 indivíduos: alunos do 5º ano do ensino fundamental, pais e professores. A turma escolhida foi a que apresentou maior quantitativo de alunos que participam ativamente das manifestações culturais das comunidades em estudo. O intuito do questionário é conseguir resposta ao problema e aos objetivos da pesquisa. Optou-se pela metodologia qualitativa porque ela busca apreender os acontecimentos e relações sociais ante a perspectiva dos agentes nela envolvidos (os graduandos), conferindo “[...] centralidade ao que os agentes sociais comunicam e compreendendo estes elementos como fundamentais para a reconstrução, compreensão e explicação de processos sócios históricos” (SILVA, 1999, p. 116).

Aplicou-se questionários em alunos de 7 anos a 14 anos de idade, contemplando o ensino fundamental local, adequando as formas de fazer à entrevista para melhor entendimento dos alunos e possibilitando abranger a percepção deles como um todo, desde os que nasceram nas comunidades até os que moraram em outra cidade e atualmente são moradores dessas comunidades. Em contrapartida, entrevistou-se seus responsáveis e assim tornou-se possível ter uma breve síntese de quão efetiva tem sido essa referência familiar no tocante a sua construção identitária com base em exemplos e histórias contadas e vivenciadas nos quilombos.

Durante a aplicação do questionário a que os alunos responderam, foi utilizado o método do desenho de um autorretrato feito por eles, bem como a observação no ambiente escolar, nos eventos comunitários e no ambiente familiar. O autorretrato é um desenho que o indivíduo faz de si mesmo e permite identificar como esse indivíduo se define. Para a psicanálise, o sujeito define-se como uma estrutura marcada pela descontinuidade entre consciência e inconsciência. Trata-se do sujeito do inconsciente, que difere do conceito de indivíduo, noção que predomina nas abordagens das Ciências Sociais.

A pesquisa foi desenvolvida em duas escolas quilombolas de Presidente Kennedy-ES, e o público que serviu de base para esta pesquisa são alunos do ensino fundamental das comunidades Boa Esperança e Cacimbinha, com os seus pais e professores que lecionam nessas escolas. Inicialmente fez-se contato com a Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy-ES; em seguida, entrou-se em contato com a direção, supervisão e coordenação das escolas para sensibilizá-los e também obter autorização para realizá-la; depois, entrou-se em contato com os professores e alunos, para que estes participassem de forma voluntária. O questionário individual foi entregue ao público-alvo, com algumas questões relacionadas às práticas pedagógicas em sala de aula sobre ser quilombola e identidade e recolhido depois para analisar os dados e traçar o perfil dos voluntários investigados. Os resultados foram observados por meio da análise do conteúdo.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS PESQUISADOS

A história de Boa Esperança e Cacimbinha tem-se apresentado timidamente em um livro da Secretaria Municipal de Arte e Cultura do Município de Presidente Kennedy-ES, em 2010, para ser utilizado didaticamente, mas com maior ênfase em trabalhos acadêmicos. O que se encontra sobre as comunidades são relatos dos moradores que recontam histórias que ouviram dos seus pais, avós e bisavós. De modo geral, a história dos quilombos em sua maioria, principalmente de Boa Esperança e Cacimbinha, não vai ser encontrada formalmente em fontes educacionais (o modo oficial burocrático do ensino), assim como muitas histórias oriundas da cultura africana. No entanto, há novidades acerca de uma cultura passada pela oralidade, encontrada nas memórias e lembranças.

Desenvolveu-se uma pesquisa em que o problema está assim localizado: existe uma comunidade X que é certificada como comunidade quilombola. Em pesquisa empírica, os moradores alegam, de forma tímida, serem quilombolas com vínculos esporádicos com a Associação Quilombola dessas comunidades, mas, em conversas e relatos sobre a história da comunidade, sentem-se pertencentes a uma cultura afro-brasileira e possuem ancestralidade e histórias comuns aos outros milhares de quilombos no Brasil.

Esta pesquisa retrata a visão de identidade onde a família e a escola estão inseridas, realizada nas escolas de Ensino Fundamental das comunidades quilombolas de Boa Esperança e Cacimbinha, município de Presidente Kennedy-ES. Nesse sentido, a pesquisa tem por objetivo compreender a identidade étnico-cultural, um olhar dos alunos sob a ótica de pertencimento, e a maneira como pais e professores contribuem para esse sentimento de pertença, considerando a importância das escolas quilombolas do ensino fundamental para esta pesquisa.

A escolaridade e o tempo de moradia do aluno e seus familiares no município também contribuíram para a pesquisa, pois alguns entrevistados moram há pouco tempo nas comunidades, o que permitiu uma visão de alguém que chegou e já tinha conceitos preestabelecidos, mesmo sendo filhos(as) de pessoas nascidas nas comunidades.

Quadro 1 – Perfil dos alunos respondentes

Entrevistados	Idade	Local do nascimento	Religiosidade	Quilombola é...	Considera-se um quilombola
Respondente 1	7 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Protestante	Características de um povo	Sim
Respondente 2	8 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Protestante	características de um povo	Sim
Respondente 3	8 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Protestante	Características de um povo	Sim
Respondente 4	9 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Protestante	Características de um povo	Sim
Respondente 5	9 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Protestante	Características de um povo	Sim
Respondente 6	9 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Protestante	Características de um povo	Sim

Respondente 7	10 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Protestante	Características de um povo	Sim
Respondente 8	10 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Católico	Características de um povo	Sim
Respondente 9	11 anos	Presidente Kennedy-ES	Católico	Características de um povo	Sim
Respondente 10	12 anos	Rio de Janeiro-RJ	-	Características de um povo	Sim
Respondente 11	13 anos	Campos dos Goytacazes-RJ	-	Características de um povo	Sim
Respondente 12	14 anos	Itaipava-ES	-	Disse que é uma identidade cultural	Sim
Respondente 13	14 anos	Alagoas-AL	-	Disse que é uma identidade cultural	Não

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2020.

Foram questionados alunos do sexo masculino e feminino, e o local de moradia foi fundamental para o resultado da pesquisa, pois o objetivo era entrevistar alunos e pais moradores das comunidades quilombolas de Boa Esperança e Cacimbinha.

Em relação à pergunta – Você já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Boa Esperança e Cacimbinha? –, a maioria respondeu não ter ouvido falar.

Na indagação sobre quais assuntos mais gostam de estudar na sua escola, a maioria declarou gostar de português ou matemática, no entanto o entrevistado nº 1 declarou: “[...] gostar de história do Brasil é interessante” (RESPOSTA DO QUESTIONÁRIO nº 1).

Ao serem indagados sobre a importância de estudar a história e a cultura brasileira, a maioria respondeu sim, mas poucos responderam ao porquê, conforme expôs o entrevistado nº 9: “[...] porque é interessante saber sobre do nosso passado”.

Ao responderem se já fizeram alguma atividade na escola sobre a cultura afro-brasileira ou africana, as respostas que predominaram foram não, porém poucos responderam sim, como disse o entrevistado nº 8, ao declarar que já fizeram “textos”.

Quanto ao questionamento de permanência nas comunidades, todos alegaram que permaneceria, com exceção do entrevistado nº 1, que declarou que não moraria.

Ao serem indagados sobre o que sabem em relação à história das comunidades, alegaram que não sabem nada, exceto o entrevistado nº 4, que relatou: “[...] são descendentes de ex-escravos”.

Todos declararam que as comunidades são marcadas pelo jongo. Alegaram que as características culturais dos negros no Brasil são diferentes das existentes na África.

Declararam, ainda, que a discriminação está presente na vida deles, que sofrem chacotas, brincadeiras de mau gosto.

De maneira geral, o intuito foi conhecer a percepção dos alunos em relação ao trabalho ofertado pelas escolas das comunidades em estudo e a maneira como o aluno se posiciona em relação à comunidade em que mora, como ele se autoidentifica e recebe um ensino que se soma ao conhecimento de sua origem. Percebeu-se que cada aluno se autointitula quilombola, mesmo sem saber explicar o motivo, afirmando a necessidade de intensificar o ensino da história local e a necessidade de os pais contribuírem na dissemi-

nação da história local, que tem ficado esquecida em relação ao repasse para a geração em fase educacional.

Os aportes dos africanos para a formação da cultura no Brasil abarcam diversas áreas. Nas comunidades em estudo, a música, a dança e a capoeira destacam-se. Um dos principais desafios enfrentados pelos professores para trabalhar tal conteúdo em sala de aula é a forma como são tratados os alunos afrodescendentes, devido a situações de discriminação, como as apontadas pelos entrevistados, o que acontece com muita frequência. A luta pela inclusão de conteúdos defendidos pela Lei 10.639 (ano) na educação ainda não acabou, e os professores precisam se afirmarem como contribuintes do ensino da história local.

Quadro 2 – Perfil dos pais respondentes

Entrevistados	Idade	Local de nascimento	Religiosidade	Quilombola é...	Considera-se um quilombola?
Respondente 1	23 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Protestante	Características de um povo	Sim
Respondente 2	24 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Católica	Características de um povo	Sim
Respondente 3	31 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Não tem	Características de um povo	Sim
Respondente 4	32 anos	Presidente Kennedy-ES	Protestante	Uma identidade cultural	Sim
Respondente 5	34 anos	Presidente Kennedy-ES	Não tem	Uma identidade cultural	Sim
Respondente 6	38 anos	Cacimbinha-ES	Católica	Características de um povo	Sim
Respondente 7	39 anos	Boa Esperança-ES	Não tem	Uma identidade cultural	Sim
Respondente 8	48 anos	Boa Esperança-ES	Não tem	Características de um povo	Sim
Respondente 9	53 anos	Cacimbinha-ES	Católico	Características de um povo	Sim

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2020.

Ao serem indagados sobre histórias de escravidão na região de Boa Esperança e Cacimbinha, alegaram que sim, como o entrevistado nº 8 afirmou: “[...] sim, eu faço parte desta história”. Os pais ainda declararam em unanimidade que é importante que os filhos estudem a história e a cultura afro-brasileira, afirmando que os filhos deveriam continuar morando nas comunidades, valorizando a história das comunidades e permanecendo perto dos familiares.

Ao analisar ainda as respostas sobre o surgimento das comunidades, percebeu-se que a maioria conhece a história das comunidades, mesmo que de forma resumida, conforme relatou a entrevistada nº 2: “[...] surgiu a partir de escravos que fugiram para quilombos”.

Os pais entrevistados declararam, ainda, que as comunidades apresentam como marca cultural as danças, os encontros, as proximidades familiares, reconhecendo que existe proximidade entre a cultura das comunidades e as da África. Enfatizaram que as discriminações são constantes, principalmente fora das comunidades, que são experiências ruins, e essas discriminações ocorrem ainda por parte de empresas, por prejudicar a cor da pele e o nome do lugar de forma depreciativa.

Quadro 3 – Perfil dos professores respondentes

Entrevistados	Tempo de profissão	Local de nascimento	Religiosidade	Quilombola é...	Já ouviu falar sobre a escravidão na região?
Entrevistado 1	10 meses	Itapemirim-ES	Protestante	Uma identidade cultural	Sim
Entrevistado 2	01 mês	Santos-SP	Católica	Uma identidade cultural	Sim
Entrevistado 3	18 anos	Itapemirim-ES	Católica	Uma identidade cultural	Sim
Entrevistado 4	01 ano	Resende-RJ	Católica	Uma identidade cultural	Sim
Entrevistado 5	10 meses	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Católica	Uma Identidade Cultural	Não
Entrevistado 6	01 ano	Muqui-ES	Protestante	Uma identidade cultural	Não
Entrevistado 7	06 anos	S. João da Barra-RJ	Católica	Uma identidade cultural	Sim
Entrevistado 8	01 ano	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Protestante	Uma identidade cultural	Não
Entrevistado 9	02 anos	Presidente Kennedy-ES	Não tem	Uma identidade cultural	Sim
Entrevistado 10	10 anos	Itapemirim-ES	Protestante	Uma identidade cultural	Sim

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2020.

Paralelamente a tudo isso, aplicou-se os questionamentos direcionados aos professores, buscando identificar os desafios encontrados por eles na aplicação da Lei 10.639/03. Tais desafios se estendem desde a formação até o trabalho desenvolvido em sala de aula. No que se refere ao questionário aplicado aos profissionais da educação das comunidades, foram aplicados questionários a dez professores e, quando questionados sobre o que é quilombola, responderam com unanimidade que é uma identidade cultural, e a maioria já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Boa Esperança e Cacimbinha. Quando perguntou-se, no tocante a sua prática pedagógica, se privilegiam questões com foco na cultura local e afro-brasileira e com qual periodicidade, apenas duas responderam que uma vez por semana, e os demais alegaram que privilegiam as datas comemorativas, mesmo declarando que acham importante abordar a história e a cultura brasileira em sua prática docente. Porém, quando foram instigados a declarar o porquê, poucos relataram, conforme apontou a entrevistada nº 1: “[...] para manter a tradição viva”. A respeito da indagação sobre o projeto político-pedagógico da escola, a minoria afirmou que ele contempla os fatores históricos e culturais da comunidade, mas a maioria declarou que não. No entanto, a maioria declarou que pesquisam sobre assuntos referentes à cultura africana, identidade e discriminação racial no momento de planejamento das aulas, o que deixa uma contradição, e, se pesquisam, não repassam os conhecimentos aos alunos, pois os próprios professores alegaram anteriormente que privilegiam as datas comemorativas.

Indagados sobre como é a relação da comunidade com a escola, declararam ser participativa, pois sempre que, convidada, a comunidade vai à escola, e eles fazem apresentações representando características próprias de união e ressaltando que a cultura das comunidades está presente nos alunos e representada pelo jongo, capoeira, penteados, porém a escola raras vezes convida a comunidade.

No que concerne à implementação da Lei 10.639/03, a qual torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas, tem-se, assim, o reconhecimento da população afrodescendente na constituição da cultura brasileira. A argumentação busca explicitar a importância dessa lei no resgate e reconhecimento da contribuição do povo negro e quilombola na formação da cultura brasileira, como forma de enfrentamento da discriminação racial, e no empoderamento da identidade do seu povo. Em seguida, discute sobre os desafios do ensino e da formação dos professores, para cumprir com os conteúdos programáticos, desconstruir o mito da democracia racial e tratar, de forma adequada, as questões quilombolas que deveriam ser discutidas principalmente em escolas de comunidades tradicionais. Por fim, como explicitado anteriormente, com a proposta de discussão quanto à formação continuada efetiva, dá-se a devida importância à capacitação docente como forma de conhecer a Lei 10.639/03 e a cultura africana, para que se fundamente e execute seu planejamento, em que a qualificação permite ao docente refletir sobre sua prática, a fim de construir uma pedagogia da diversidade que contribua no combate à discriminação nas escolas e no fortalecimento das comunidades tradicionais.

Observou-se que um dos problemas é a aplicação ineficaz da Lei 10.639/2003 nas escolas das comunidades quilombolas de Boa Esperança e Cacimbinha, que atendem jovens até o 5º ano do ensino fundamental. Essa lei foi criada em 2003, no intuito de dirimir a ausência do estudo e ensino da história da África nas escolas brasileiras, passar a existir como uma ferramenta que obriga o ensino da história afro-brasileira a crianças e jovens, objetivando promulgar o conhecimento sobre a história da África e a chegada dos africanos ao Brasil, como também a cultura africana na formação da identidade nacional brasileira. Trabalhou-se em prol de identificar na escola elementos que possibilitem um entendimento ou não dos jovens sobre a identidade quilombola, um dos quais foi a ausência de debates e material didático que falem sobre quilombo.

Logo, uma das propostas deste trabalho é a inserção de uma metodologia aberta à participação da comunidade, em que foi feita a proposta à Secretaria Municipal de Educação, para que reative a Comissão de Estudos Afro-Brasileiros (Ceafro) com propostas educacionais efetivas de capacitação para o professor e projetos educacionais para o aluno, envolvendo o aluno e comunidade, contando-lhes sobre as comunidades quilombolas do município de Presidente Kennedy e desvendando um mundo que não está nos livros, pois, mesmo aqueles que foram produzidos em prol da aplicação da história e cultura afro-brasileira na escola, não atendem à demanda tão solicitada durante décadas pelo movimento negro e movimento quilombola.

Com isso, entende-se que a oralidade possui uma função, sobretudo, ideológica.

A razão é que os fatos nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações. Nisso Leskov é magistral. (Pensemos em textos como *A fraude*, ou *A águia branca*.) O extraordinário e o miraculoso são narrados com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação (BENJAMIN, 1994, p. 203).

É notório que essa reflexão vai além do entendimento de identidade quilombola. Como apresentado em outros momentos, é desnecessário que alguém diga ao outro o que ele é. Ele é aquilo que ele quer ser ou que consegue ser, e o é ante a negação do que não quer ser. Pode até parecer confuso, redundante, mas trouxemos o pensamento de Benjamin, que consta no livro “O Narrador” (1994), e para dizer que é desnecessário que alguém narre ao aluno quilombola sua vida no quilombo, mas que identifique e aponte onde aquele contexto se encontra, bem como destaque todos os pontos pelos quais a autoafirmação se torna importante.

Não estamos aqui propondo às pessoas que falem dos diretos de ser quilombola, mas queremos que esse processo venha naturalmente acompanhado de uma identificação histórica. Num lugar que existe um(a) mestre(a) de cultura que dança o jongo, outro que é capoeirista, outra que é benzedeira, entre muitos outros símbolos culturais que se configuram como um rico material didático vivo, faz-se desnecessária a demanda de inserção de livros. Por meio da linguagem oral, os motivos suficientes para a reflexão sobre o que é ser quilombola aparecem. A agregação desses símbolos com as lideranças locais e políticas pode içar grandes voos em torno da conscientização de uma massa que vai além dos quilombolas mais jovens, alcançando inclusive seus pais e avós. Trata-se de um trabalho simples, em que a cultura e a educação vão caminhar juntas em prol de um único objetivo: a autoafirmação de identidade quilombola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão considerou um processo de investigação iniciado em 2019, tendo como ponto de vista a relação tanto de orientando quanto de orientador com o objeto de estudo. Uma relação que não é apenas de pertencimento ao lugar, mas também de interesse amplo em avaliar e entender processos de identidade e os fluxos de memória que dialogam com os modos de falar sobre a autoafirmação negra e quilombola.

Com isso, enfatiza-se que o nosso objetivo, de modo geral, foi discutir a formação identitária do sujeito quilombola mediante sua relação histórica com o lugar, bem como reconhecimento como quilombola. O engajamento deste trabalho, no que concerne às questões educacionais, privilegiou uma forma de falar da Lei 10.639/2003 do ponto de vista cultural nas escolas quilombolas do município de Presidente Kennedy-ES.

Considera-se que as escolas não são as únicas responsáveis pela difusão do conhecimento e da formação de consciência; no entanto, tendo em vista a existência da obrigatoriedade de falarmos de África e história afro-brasileira nas escolas, pensamos que se trata de uma das formas mais acessíveis de amputar o problema (evidentemente considera-se um problema) da não autoafirmação quilombola. Tentou-se, ao longo do processo, apresentar os questionários de forma clara com o nosso público-alvo, a fim de estabelecer parâmetros de avaliação possíveis de trabalho em comunidade. De fato, este trabalho não se coloca apenas para as comunidades quilombolas de Boa Esperança e Cacimbinha no município de Presidente Kennedy-ES. Tomou-se as comunidades como ponto de partida para uma fala mais ampla sobre a situação dos quilombos do Brasil, não do ponto de vista do reconhecimento da sua existência, mas dos modos como os diálogos são e poderão ser estabelecidos com essas pessoas.

É fundamental destacar que há necessidade de uma interação educacional e projetos a serem desenvolvidos nas comunidades por intermédio da prefeitura, da Secretaria Municipal de Educação e de comissão

que poderá ser criada nesse sentido. Há uma nítida necessidade em ampliar o debate acerca das questões culturais e identitárias nas comunidades. Cita-se também os trabalhos desenvolvidos pela Associação de Moradores local – sociedade civil, que levam a grande responsabilidade pela manutenção das tradições culturais e históricas da comunidade. Em uma sociedade alicerçada na dinâmica de mutação história e cultural, que se dá em virtude do passar dos anos, da necessidade das pessoas – necessidades cercadas, em certa medida, por diversas injustiças históricas, como o caso dos quilombos –, há uma demanda constante por entender o contexto, manter as tradições e batalhar pelos direitos individuais e coletivos.

Desse modo, tenta-se entender qual a viabilidade da realização identitária de uma comunidade que não se reconhece em conceitos fechados sobre o que é ser quilombola. No entanto, a prática identitária completou o desejo de pesquisa: reconhecer e identificar uma comunidade quilombola por meio do pertencimento dos seus moradores, pois, ao questioná-los, sobretudo na percepção dos mais jovens, é nítida a identificação histórica que eles possuem com o lugar. Trata-se de identificação histórica e origem, tendo em vista a relação deles com as pessoas, do respeito às tradições e aos mais velhos.

Ressaltou-se que a confirmação de identidade está além da sua militância. Ela está latente e sendo vivida na vida diária dos moradores, na sua rotina de luta por sobrevivência, na permanência de feitos comuns da vida quilombola.

Este trabalho desenvolveu-se com base em análises e na experiência das formas como o debate sobre a identidade quilombola é conduzido em âmbito comunitário, municipal, estadual e federal. Desse modo, o ambiente escolar aparece cada vez mais como interlocutor apropriado para difundir informações sobre o processo de formação histórica das comunidades quilombolas. Fala-se mesmo de um local de troca, onde a instituição e a comunidade possam dialogar em busca de um entendimento comum sobre os mais variados assuntos. Destaca-se ainda a importância de atuação de diversos agentes sociais, envolvendo a família quilombola e lideranças quilombolas em prol de um trabalho, que é o de pertencimento, pois não se faz satisfatório apenas a comunidade ser atendida, é crucial entender por que, como e por quem ela está sendo assistida.

Este trabalho vem como um alerta da importância de saber de si para se proteger e lutar por direitos sem a pauta fictícia de um debate grosseiro do ser negro, em que pessoas relativamente brancas, de forma consciente, se declaram negras para concorrer estoques reservados à comunidade afro-brasileira. Estamos falando de luta de pertencimento.

Contudo, esta pesquisa foi encerrada com a certeza de dever cumprido. Talvez, no caminho percorrido, tenha sido redescoberta a importância de assumir a identidade negra como pesquisador e no movimento de militância quilombola. A conclusão da pesquisa chegou cerceada a muitas excitações, na envergadura dos debates acerca dessa conjuntura sociopolítica brasileira. Com um esforço de localizar o tema quilombo no único ambiente costumeiramente tido como educacional, este trabalho trouxe questionamentos e deveras reflexões em torno de outras formas de repensar a educação com base nas Leis 10.639/2003 e 11.645/08.

Que haja muitos outros agentes na sua execução. Que existam ambientes para o diálogo das questões de identidade, da raça do quilombo para além da escola. Que a educação quilombola seja de fato inserida como prática prioritária nas comunidades quilombolas de Boa Esperança e Cacimbinha. Que haja a valorização e a qualificação do profissional que vai desenvolver trabalhos nos quilombos. Nosso esforço consistiu em reunir ações, agentes e medidas, a fim de gerar outras formas de pensar a execução da lei em um município do sul do estado do Espírito Santo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, W. O narrador. In: BENJAMIN, W. (Ed.). **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. Trad. Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BRASIL. CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**: algumas informações. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CNE – Brasília-DF, 2011.

BRASIL. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

CASTELLS, A. N. G. A cor do lugar: o Sertão do Valongo como patrimônio cultural. Ilha. **Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 8 (no prelo), p. 25-26, 2008.

GIMÉNEZ, G. **Estúdios sobre La cultura y las identidades sociales**. Ed. Consejo Nacional para La cultura y las artes / Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente. México: [s.n.], 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

LARRAIN, J. El concepto de identidad. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 21, ago. 2003.

LEITE, I. B. **O quilombo no Brasil**: questões conceituais e normativas. Florianópolis: NUER/UFSC, 2000.

POUTIGNAT, P. **Teorias da Etnicidade**. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

RIOS, A. M. L. Campesinatos negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, n. 76, 2007..

SILVA, M. K. Uma Introdução à História Oral. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 115-141, 1999.